



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Justiça de Segunda Instância

RESPOSTA A QUESTIONAMENTOS

PROCESSO Nº 1552/2013

LICITAÇÃO Nº 128/2013

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

OBJETO: Contratação de empresa especializada, para implantação de Solução Integrada de Gerenciamento de Portfólio e Projetos (PPM) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência e nos demais anexos, partes integrantes e inseparáveis deste Edital.

ESCLARECIMENTO SOLICITADO POR: DÍNAMO-TI.

PERGUNTA:

“Pretendemos concorrer na Licitação do PPM e gostaria de tirar uma dúvida: Toda a documentação (certidões, declarações, etc) citada no edital, é necessário no momento da inscrição? Ou podemos ir levantando essa documentação e enviá-las posterior a inscrição?”

RESPOSTA COALI:

Nos termos do item 8.4 do edital:

“Todos os documentos, inclusive a Certidão de Falência ou Recuperação Judicial, terão sua validade verificada no dia previsto para a abertura da sessão. Inexistindo prazo de validade expresse, reputar-se-ão válidos por 180 (cento e oitenta) dias consecutivos, contados de sua expedição.”

De acordo com os itens 8.1, 8.7 e 8.8 do edital:

“8.1. Encerrada a etapa competitiva, o Pregoeiro procederá à análise da documentação de habilitação da licitante detentora da proposta de menor preço, para a verificação do atendimento às condições fixadas neste Edital”.

“8.7. Todos os documentos e a proposta readequada deverão ser encaminhados em até 02 (duas) horas após a solicitação, podendo este prazo ser prorrogado, a critério do pregoeiro, visando a continuidade da sessão pública”.

“8.8. Em caso de dúvida quanto à autenticidade de qualquer documento, o Pregoeiro abrirá prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação da documentação original, sob pena de inabilitação”.

COALI

13.01.2014